

CÂMBIO LIVRE MELHORA SALDO COMERCIAL

São Paulo — O efeito líquido da desvalorização do câmbio na balança comercial é de um superávit de até US\$ 4 bilhões neste ano em relação ao resultado obtido em 1998. Se esse desempenho for alcançado, o déficit na balança de transações correntes, que engloba gastos com serviços, viagens e remessas de dinheiro para exterior, deverá ficar em US\$ 18 bilhões neste ano, ante US\$ 32 bilhões em 1998. A expectativa inicial, antes das mudanças no câmbio feitas na semana passada, era que o déficit em transações correntes chegasse a US\$ 22 bilhões este ano.

“Com esse resultado, o risco Brasil poderá cair e abrir espaço para o recuo nas taxas de juros; o resto vai depender do ajuste fiscal”, afirma o presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP), o economista Juarez Rizzieri, enfatizando os reflexos positivos das mudanças. “Essa queda no déficit em transações deixa a situação mais favorável, mas ainda continua desconfortável por causa da escassez de empréstimos para o país”, explica Rizzieri.

Para avaliar o impacto das mudanças do câmbio na balança comercial, Rizzieri considerou que a desvalorização real, descontada a inflação, deverá ficar em 20% neste ano. Em termos nominais, ele trabalha com projeções de 25%.

Além disso, o economista levou em conta que, para cada 1% de

desvalorização na moeda nacional perante o dólar, as exportações aumentam em 0,3% e as importações caem 0,3%.

O economista estima que o efeito bruto da desvalorização do câmbio no comércio exterior do País, somado aos resultados do crescimento da renda mundial em torno de 2%, e da retração também de 2% no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, devem resultar numa cifra de US\$ 10 bilhões neste ano em relação ao ano passado.

Desse total, explica Rizzieri, US\$ 5,5 bilhões são da queda nas importações, que ficarão mais caras. Os US\$ 4,5 bilhões restantes serão do aumento das exportações, que ganharão competitividade no exterior. Ele pondera, no entanto, que o procedimento correto para avaliar o impacto líquido das medidas é abater desse valor o déficit comercial de US\$ 6 bilhões registrado no ano passado.

RESTRIÇÕES

O governo decidiu ontem restringir importações temporárias

de bens, feitas através de contratos de aluguel, arrendamento operacional ou empréstimo, destinados a uso econômico. Isso significa que elas passam a ser tributadas de acordo com o tempo de permanência no país. A medida foi determinada por três Instruções Normativas da Receita Federal.

O coordenador Geral do Sistema Tributário, Álvaro Nunes de Oliveira,

explicou que, na economia globalizada, é comum as empresas importarem moldes e matrizes que serão utilizados temporariamente na produção, sem serem incorporados ao processo. “Se o importador ganhou dinheiro com a importação temporária, então paga o imposto”, dis-

se. Ficam de fora da regra de importação de uso econômico as feitas para plataformas de prospecção de petróleo e gás.

Continuam isentas as importações temporárias chamadas de clássicas, feitas pelo prazo de até 180 dias, tais como feiras, exposições, pesquisas científicas, espetáculos, reprodução de fonogramas etc.

“ESSA QUEDA NO DÉFICIT
DEIXA A SITUAÇÃO
MAIS FAVORÁVEL, MAS
AINDA CONTINUA
DESCONFORTÁVEL POR
CAUSA DA ESCASSEZ
DE EMPRÉSTIMOS
PARA O PAÍS”

Juarez Rizzieri,
presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)